



**UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
COSEAC - COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO ACADÊMICA
FMS – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE / NITERÓI
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO
QUADRO PERMANENTE DA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI
EDITAL Nº 1/2019**



Leia atentamente todas as informações da Capa do Caderno de Questões antes de começar a Prova

Cargo: Assistente Social

NIVEL: SUPERIOR

CADERNO DE QUESTÕES

Instruções ao candidato

(Parte integrante do Edital – subitem 11.2)

- Ao receber este **Caderno de Questões**, confira se o cargo indicado é aquele para o qual você está concorrendo, se não for notifique imediatamente ao Fiscal. Você será responsável pelas consequências se fizer a Prova para um cargo diferente daquele a que concorre.
- Além deste **Caderno de Questões**, você deverá ter recebido o **Cartão de Respostas**.
- Verifique se constam deste Caderno, de forma legível, **50 questões de múltipla escolha** e espaços para rascunho. Caso contrário, notifique imediatamente ao Fiscal.
- Confira seus dados com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Se eles estiverem corretos, assine o **Cartão de Respostas** e leia atentamente as instruções para seu preenchimento. Caso contrário, notifique imediatamente ao Fiscal.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Caderno de Questões** ou do **Cartão de Respostas** se você cometer erros ou rasuras durante a prova.
- Sob pena de eliminação do concurso, não é permitido fazer uso de instrumentos auxiliares para cálculos ou desenhos, ou portar qualquer material que sirva de consulta ou comunicação.
- Cada questão objetiva apresenta cinco opções de respostas, sendo apenas uma delas a correta. No **Cartão de Respostas**, para cada questão, assinale apenas uma opção, pois será atribuída pontuação zero à questão da Prova que contiver mais de uma ou nenhuma opção assinalada, emenda ou rasura.
- O tempo disponível para você fazer esta Prova, incluindo o preenchimento do **Cartão de Respostas** é, no mínimo, de **uma hora e trinta minutos** e, no máximo, de **quatro horas**.
- Use somente caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta para preencher o **Cartão de Respostas**. Não é permitido uso de lápis mesmo que para rascunho.
- Terminando a prova, entregue ao Fiscal o **Cartão de Respostas** assinado e com a frase abaixo transcrita, a não entrega implicará a sua eliminação no Concurso.
- Somente será permitido **na última hora** que antecede ao término da Prova levar o **Caderno de Questões**.

**FRASE A SER TRANSCRITA PARA O CARTÃO DE RESPOSTAS
NO QUADRO “EXAME GRAFOTÉCNICO”**

A saúde e a alegria promovem-se uma à outra

(Joseph Addison)

Tópico: Língua Portuguesa

Texto 1

(...) Pelo espírito atribulado do sertanejo passou a ideia de abandonar o filho naquele descampado. Pensou nos urubus, nas ossadas, coçou a barba ruiva e suja, irresoluto, examinou os arredores. Sinhá Vitória estirou o beijo indicando vagamente uma direção e afirmou com alguns sons guturais que estavam perto. Fabiano meteu a faca na bainha, guardou-a no cinturão, acocorou-se, pegou no pulso do menino, que se encolhia, os joelhos encostados ao estômago, frio como um defunto. Aí a cólera desapareceu e Fabiano teve pena. Impossível abandonar o anjinho aos bichos do mato. Entregou a espingarda a Sinhá Vitória, pôs o filho no cangote, levantou-se, agarrou os bracinhos que lhe caíam sobre o peito, moles, finos como cambitos. Sinhá Vitória aprovou esse arranjo, lançou de novo a interjeição gutural, designou os juazeiros invisíveis.

Fonte: RAMOS, G. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001. p. 10.

01 Quanto à tipologia textual, a afirmação correta em relação ao texto é

- (A) É texto dissertativo com alguns elementos descritivos.
- (B) Trata-se de uma narração, sem nenhum traço dissertativo.
- (C) Não se trata de texto narrativo, pois não há personagens.
- (D) É um texto descritivo, com alguns elementos narrativos.
- (E) O texto apresenta personagem-narrador.

Texto 2



02 Considerando o Texto 2 assinale o conceito que a ele se aplica.

- (A) Denotação: sentido primitivo, dicionarizado.
- (B) Antonímia: palavra com sentido oposto.
- (C) Sinonímia: característica de determinadas palavras, num dado contexto, apresentarem significação semelhante.
- (D) Conotação: sentido especial que adquire um termo.
- (E) Polissemia: propriedade de algumas palavras apresentarem significações diferentes.

Texto 3

EPISÓDIO FINAL DA SAGA STAR WARS É MARCO NA VIDA DE FÃS DA SÉRIE

Carioca Nadjá Lirio se casou em cerimônia com presença de Stormtroopers; ela define a série de George Lucas como um 'ponto central' de sua própria história

A ansiedade pelo próximo novo Star Wars tomou conta na internet e dos cinemas do Brasil. O filme que estreia nesta quinta-feira promete ser uma das maiores bilheterias da história e fechará um arco de 9 filmes, que começou em 1977. Mas, para os mega-fãs da saga, a antecipação atingiu níveis astronômicos.

Um fenômeno pop desde o lançamento de “A Nova Esperança”, os filmes de George Lucas são responsáveis por uma das maiores comunidades de fãs do mundo. E boa parte

deles foram cativados pelas aventuras dos Skywalker ainda na infância, como no caso da carioca Nadja Lirio.

Apresentada à série **quando** tinha 7 anos, pelos primos, a advogada se apaixonou pela trilogia original de filmes — que correspondem aos episódios IV, V e VI. Desde então, sua paixão pela franquia só aumentou e hoje engloba não só os filmes, mas também as séries de TV, livros, histórias em quadrinhos e videogames.

Disponível em: <https://epoca.globo.com/cultura/episodio-final-da-saga-star-wars-marco-na-vida-de-fas-da-serie-24147862>. Acesso em: 10 dez. 2019.

03 Na palavra em destaque, no Texto 3, encontram-se

- (A) 5 fonemas / 6 letras.
- (B) 4 fonemas / 5 letras/ um dígrafo.
- (C) 6 fonemas / 4 letras / um dígrafo.
- (D) 6 fonemas / 6 letras.
- (E) 4 fonemas / 6 letras / um dígrafo.

Texto 4

Buracos negros supermassivos "comiam" nuvens geladas no início do Universo

.....
.....

O "cardápio" pode explicar como esses fenômenos cósmicos cresceram tão rápido durante o início do Universo, há 12,5 bilhões de anos. "Agora podemos demonstrar, pela primeira vez, que galáxias primordiais tinham 'comida' suficiente em seus ambientes para sustentar o crescimento de buracos negros supermassivos e a formação de estrelas", disse Emanuele Paolo Farina, que liderou o estudo, em comunicado.

Disponível em:
<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Espaco/noticia/2019/12/buracos-negros-supermassivos-comiam-nuvens-geladas-no-inicio-do-universo.html>. Acesso em: 10 dez. 2019.

04 A justificativa para o uso das vírgulas assinaladas no Texto 4 é

- (A) separar termos de mesmo valor usados numa coordenação.
- (B) separar uma oração coordenada.
- (C) separar um vocativo.
- (D) separar uma oração subordinada adverbial deslocada.
- (E) separar uma oração subordinada adjetiva explicativa.

05 Relacione os números das frases abaixo (I, II, III, IV, V) às figuras de linguagem correspondentes da coluna 1 e assinale a opção correta.

- I "Essas, que ao vento vêm, belas chuvas de junho." (J. Cardoso).
- II "Essa gente já terá vindo? Parece que não. Saíram há um bom pedaço." (Machado de Assis).
- III "Ao longe, o mar na solidão gemendo... / Arrebatava em uivos de lamentos." (Luís Guimarães Júnior).
- IV "Trabalha, e teima, e lima, e sofre, e sua!" (Olavo Bilac).
- V "Mexe [...] dentro, doida /...coisa, doida, dentro mexe / [...], / Deixe de manha, deixe de manha, / Sem essa aranha, sem essa aranha, sem essa aranha! / Nem a sanha arranha o carro / ... o sarro arranha a Espanha / Meça: tamanha!" (Caetano Veloso).

Coluna 1

- () Prosopopeia
- () Hipérbato
- () Aliteração
- () Silepse de número
- () Polissíndeto

- (A) I – V – II – IV – III.
- (B) II – III – IV – I – V.
- (C) III – I – V – II – IV.
- (D) IV – V – II – I – III.
- (E) V – I – III – IV – II.



Disponível em:

<http://www.triunfotransbrasiliana.com.br/noticias/triunfo-transbrasiliana-lanca-campanha-contra-a-combinacao-alcool-e-direcao.aspx>. Acesso em: 19 nov. 2019.

Analisando-se a parte escrita e a imagem acima, conclui-se que o objetivo principal do texto é:

- (A) Mudar as leis de trânsito.
- (B) Informar sobre as condições do tráfego.
- (C) Monitorar o comportamento dos motoristas.
- (D) Promover a doação de órgãos de acidentados.
- (E) Incentivar atitudes conscientes no trânsito.

07 Observando a grafia das palavras nas frases abaixo, a opção em que todas as palavras estão grafadas corretamente é:

- (A) “A vida é uma hesitação entre uma exclamação e uma interrogação. Na dúvida, há um ponto final.” (Fernando Pessoa).
- (B) “Tudo isto me revolta, me revolta vendo a cidade dominar a floresta, a sargeta dominar a flor!” (Euclides da Cunha).
- (C) “Sim, fique aqui escrito que amo a pátria funda, (...) doloridamente. Seja dito assim

suscinto, para que fique dito.” (Fernando Pessoa).

- (D) “Há uma grande diferença entre a crítica construtiva que preparará o caminho para um consenso e a mera invectiva que tende a endurecer as divergências.” (Nelson Mandela).
- (E) “Ó pai, duro é este discurso, quem poderá entendê-lo? / Se abrisse um sol sobre este dia incômodo, / eu rapava com enxada os escrementos, / punha fogo no lixo / e demarcava mais fácil os contornos da vida [...]” (Adélia Prado).

08 Uma palavra que tem intrigado os gramáticos normativos e os linguistas é **onde**, principalmente na linguagem oral. Ela está praticamente se universalizando, como conectivo. Entre as opções abaixo, identifique aquela em que a palavra está empregada corretamente.

- (A) Os participantes da assembleia onde participei discutiram muito.
- (B) O detetive sabe onde aconteceu o assassinato, mas não deseja divulgar, no momento.
- (C) Escrevi um poema onde mostrei meus sentimentos.
- (D) Li um livro onde os personagens eram todos pobres.
- (E) Janeiro é o mês onde faço aniversário.

Texto 5

Brasil estuda implementar sistema de alerta

por TV digital

Sistema poderia ser usado em casos como deslizamento de terra, enchentes e rompimento de barragem.

O **governo federal** poderá no próximo ano criar um sistema de alerta via TV digital (sinal aberto) para repasse de informação imediata à população sobre riscos, como deslizamento de terra, enchentes e rompimento de barragem. Ainda não há cronograma de implantação. O propósito é “usar a robustez da radiodifusão e a capilaridade que essa estrutura tem por

todo o país para trafegar alertas de emergência”, explicou André Fonseca, coordenador geral de televisão digital do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

“O sistema tem o intuito de evitar maiores consequências da catástrofe. Os objetivos são velocidade e complementaridade aos alarmes existentes, para que a população receba as informações o mais rápido possível”, disse. Segundo Fonseca, a ideia em discussão é aproveitar o sinal da TV Brasil, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), para veicular mensagens por escrito nas telas dos televisores, monitores e celulares. “A gente teria preferência por trafegar o alerta pela EBC por ser uma emissora da União.”

A adoção do sistema será conduzida pelo ministério, que além dos estudos de viabilidade de implantação, deverá elaborar normas de funcionamento. A iniciativa depende do estabelecimento de uma política pública elaborada em conjunto pelo ministério e outras áreas do governo, como o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, o Instituto Nacional de Meteorologia e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (SGI).

Disponível em:

<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/12/brasil-estuda-implementar-sistema-de-alerta-por-tv-digital.html>. Acesso em: 18 nov. 2019.

09 O Texto 5 apresenta a implementação de um sistema de alerta por TV digital. No jornalismo, o lide (em inglês: lead) é a primeira parte de uma notícia. Geralmente, o primeiro parágrafo, posto em destaque, fornece ao leitor informação básica sobre o conteúdo.

A forma que os demais parágrafos deste texto ampliam o lide está explicitada na opção:

- (A) Apresentam uma outra solução para evitar as catástrofes, que podem ser monitoradas.
- (B) Apresentam um histórico de catástrofes, no Brasil, que poderiam ter sido evitadas se o sistema estivesse em operação.
- (C) Apresentam várias opiniões, favoráveis e contra a implantação do sistema.
- (D) Acrescentam a explicação de uma autoridade no assunto.

- (E) Relacionam o assunto com a implantação de sistemas similares.

Texto 6

Soneto do amigo

Enfim, depois de tanto erro passado
Tantas retaliações, tanto perigo
Eis que ressurgue noutro o velho amigo
Nunca perdido, sempre reencontrado.

É bom sentá-lo novamente ao lado
Com olhos que contêm o olhar antigo
Sempre comigo um pouco atribulado
E como sempre singular comigo.

Um bicho igual a mim, simples e humano
Sabendo se mover e comover
E a disfarçar com o meu próprio engano.

O amigo: um ser que a vida não explica
Que só se vai ao ver outro nascer
E o espelho de minha alma multiplica...

(Vinícius de Moraes)

10 O pronome pessoal -o, na segunda estrofe do poema refere-se a:

- (A) Perigo
- (B) Passado
- (C) Amigo
- (D) Erro
- (E) Retaliações

Tópico: Sistema Único de Saúde – SUS

11 Com base na Portaria nº 2.436, de 21/09/2017 (Política Nacional de Atenção Básica que estabelece a revisão de diretrizes para a organização da atenção básica no âmbito do Sistema Único de Saúde), compete às Secretarias Municipais de Saúde a coordenação do componente municipal da atenção básica, no âmbito de seus limites territoriais, de acordo com a política, diretrizes e prioridades estabelecidas, sendo responsabilidade dos Municípios e do Distrito Federal:

- I Organizar, executar e gerenciar os serviços e ações de atenção básica, de forma universal, dentro do seu território, incluindo as unidades próprias e as cedidas pelo estado e pela União.
- II Programar as ações da atenção básica, a partir de sua base territorial, de acordo com as necessidades de saúde identificadas em sua população, utilizando instrumento de programação nacional vigente.
- III Organizar o fluxo de pessoas, inserindo-as em linhas de cuidado, instituindo e garantindo os fluxos definidos na rede de atenção à saúde, entre os diversos pontos de atenção de diferentes configurações tecnológicas, integrados por serviços de apoio logístico, técnico e de gestão, para garantir a integralidade do cuidado.
- IV Definir e rever, periodicamente, de forma pactuada, na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica.

Estão corretas:

- (A) I e II
- (B) I, II e III
- (C) I, II, III e IV
- (D) II, III e IV
- (E) III e IV

12 O conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso, em todos os níveis de complexidade do sistema, previsto na Lei nº 8.080, de 1990, corresponde ao princípio da:

- (A) Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.
- (B) Universalidade de acesso aos serviços de saúde.
- (C) Integralidade da assistência.

- (D) Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.
- (E) Capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência.

13 A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, sendo exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos:

- I No âmbito da União, pela Agência de Vigilância Sanitária.
- II No âmbito dos Estados e do Distrito Federal, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.
- III No âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.
- IV Os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver, em conjunto, as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam. No entanto, não se aplica aos consórcios administrativos intermunicipais o princípio da direção única, e os respectivos atos constitutivos disporão sobre sua observância.

Estão corretas:

- (A) I e II
- (B) I, II, III e IV
- (C) II e III
- (D) II e IV
- (E) III e IV

14 Nos termos do que dispõe a Constituição Federal de 1988, identifique a opção correta.

- (A) É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas, com fins lucrativos, desde que autorizada pelo poder executivo.
- (B) Exclui-se da competência do sistema único a formação de recursos humanos na área de saúde.
- (C) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação completa do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal, porém diferenciado, de acordo com o caso, às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- (D) Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei, participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.

- (E) Ao sistema único de saúde compete participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias de produtos psicoativos, exceto de produtos radioativos que ficam sob guarda, controle e fiscalização da comissão de energia nuclear.

15 Com relação ao que dispõe a Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080, de 1990, assinale a opção correta.

- (A) A execução de ações de saúde do trabalhador, em especial no que se refere à assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho, não está incluída no campo de atuação do SUS.
- (B) Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do país, tendo a saúde, como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.
- (C) A vigilância sanitária compreende um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.
- (D) Os servidores que legalmente acumulam dois cargos ou empregos estão impedidos de exercer suas atividades em mais de um estabelecimento do SUS.
- (E) A vigilância epidemiológica é definida na lei como um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e II - o controle da prestação de serviços que se relaciona, direta ou indiretamente, com a saúde.

16 A Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012, determina que serão consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde as referentes

- (A) À limpeza urbana e remoção de resíduos.
- (B) Ao pagamento de aposentadorias e pensões, inclusive dos servidores da saúde.
- (C) À vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária.
- (D) À assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal.
- (E) Ao saneamento básico, inclusive quanto às ações financiadas e mantidas com recursos provenientes de taxas, tarifas ou preços públicos instituídos para essa finalidade.

17 A Conferência da Saúde, prevista na Lei nº 8.142, de 1990, reunir-se-á a cada:

- (A) 6 meses.
- (B) 1 ano.
- (C) 18 meses.
- (D) 2 anos.
- (E) 4 anos.

18 De acordo com a Lei nº 8.142, de 28/12/1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde, e dá outras providências, os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) serão alocados como:

- (A) Cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pela União, por meio do Ministério da Saúde.
- (B) Investimentos extras, mesmo os não previstos em lei orçamentária, de iniciativa do Poder Legislativo e aprovados pelo Congresso Nacional.
- (C) Investimentos previstos no Plano Anual do Ministério da Saúde.
- (D) Despesas de custeio e de capital do Ministério da Saúde, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta.
- (E) Os recursos do FNS não podem destinar-se a investimentos na rede de serviços, à cobertura assistencial ambulatorial ou hospitalar, mas sim às demais ações de saúde.

19 Nos termos do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, o espaço geográfico contínuo, constituído por agrupamentos de municípios limítrofes e delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde, corresponde à(ao):

- (A) Porta de entrada.
- (B) Região de Saúde.
- (C) Mapa de saúde.
- (D) Rede de atenção à saúde.
- (E) Serviço especial de acesso Aberto.

20 Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde – SUS poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada. Nesse caso,

- (A) aos proprietários, administradores e dirigentes de entidades ou serviços contratados é possibilitado exercer cargo de chefia ou função de confiança no SUS.
- (B) as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos não terão preferência para participar do SUS por falta de previsão legal.
- (C) serão utilizadas regras de consórcios de direito privado, mantido o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- (D) os critérios e valores para a remuneração dos serviços e os parâmetros de cobertura assistencial serão estabelecidos pelos prestadores, respeitando os valores de mercado e os preços devem ser justos.
- (E) a participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público.

Tópico: Conhecimentos Específicos

21 Segundo o Código de Ética Profissional, são direitos dos assistentes sociais:

- (A) Abster-se, no exercício profissional, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.
- (B) Ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigados a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções.
- (C) Acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes deste Código de Ética Profissional.
- (D) Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.
- (E) Bloquear o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pelas instituições, por meio de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos.

22 A Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Segundo esta lei, são competências privativas dos assistentes sociais:

- (A) Realizar perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.
- (B) Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais, no sentido de identificar e usar recursos no atendimento e na defesa de seus direitos.
- (C) Fazer uso de práticas e técnicas terapêuticas, com o objetivo de complementar a intervenção profissional e minimizar o sofrimento da população usuária dos serviços de saúde.
- (D) Realizar estudos socioeconômicos com os usuários, para fins de benefícios e serviços sociais, junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.
- (E) Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.

23 A principal proposta da Reforma Sanitária, de acordo com os “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde” (CFESS, 2010), é a defesa:

- (A) Das contrarreformas defendidas pelas agências internacionais.
- (B) Das parcerias público-privado para encaminhamento das políticas sociais.
- (C) Da universalização das políticas sociais e da garantia dos direitos sociais.
- (D) Da reatualização do modelo médico assistencial pautado na política de ajuste fiscal.
- (E) Da garantia de um mínimo voltado para aqueles que não podem pagar, ficando o setor privado focalizado nos que têm acesso ao mercado.

24 Para Santos, Backx e Guerra (2017), “(...) a dimensão técnico-operativa é constituída dos seguintes elementos: as estratégias e táticas definidas para orientar a ação profissional, os instrumentos, técnicas e habilidades utilizadas pelo profissional, o conhecimento procedimental necessário para a manipulação dos diferentes recursos técnico-operacionais, bem como a orientação teórico metodológica e ético-política dos agentes profissionais”. Considerando esses aspectos, as autoras sinalizam que o cotidiano

- (A) Traduz, de forma fidedigna, as relações sociais e seus impactos na vida dos sujeitos que buscam a intervenção profissional nas organizações, permitindo uma utilização do instrumental técnico-operativo de modo conservador, sobretudo em função das requisições institucionais.
- (B) Apresenta as demandas da população usuária que precisam de resposta imediata e que não requerem reflexão sobre o espaço do exercício profissional, uma vez que as organizações são constituídas a partir das necessidades observadas pelos administradores públicos.
- (C) Não requer do assistente social o entendimento do espaço onde o exercício profissional se realiza e, portanto, pode-se lançar mão do instrumental técnico-operativo, independente de como se apreende o conjunto de mediações necessárias para a resposta profissional ao que é demandado.

(D) É o espaço onde se realiza a intervenção e aonde as demandas chegam de forma imediata, fragmentada e heterogênea, requerendo ao profissional reflexão sobre suas determinações e conexões, uma vez que as organizações possuem características contraditórias.

(E) É o espaço onde as demandas da população usuária devem se encaixar nas rotinas e na burocracia, a partir do instrumental técnico-operativo, ainda que de forma conservadora.

25 Os incisos VI, VII e VIII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 tratam das questões ligadas à crença religiosa, filosófica e/ou política. Nesse sentido, tais incisos

(A) Garantem a inviolabilidade da liberdade de crença e culto religioso; a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva e ressaltam o respeito e proteção à diversidade de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, vedando qualquer discriminação e assegurando o direito de professar, ou não, uma fé.

(B) Declaram que o Estado Brasileiro é cristão, assegurando somente às instituições assim reconhecidas o livre acesso para evangelização e conforto dos usuários durante o período de internação, bem como a construção de capelas nas instituições de assistência à saúde.

(C) Reconhecem a inviolabilidade das liturgias da religião oficial, ressaltando que há liberdade para o exercício de outras religiões em ambiente doméstico ou privado. Por esse motivo, permitem o uso de símbolos religiosos nas instituições públicas.

(D) Não reconhecem religiões que não tenham codificações escritas como oficiais, declarando que suas estruturas se assemelham a seitas e, por isso, não gozam das prerrogativas de religiões historicamente estruturadas.

(E) Prescrevem que a liberdade de crença e de liturgias não garante o acesso de sacerdotes aos sujeitos, nem a realização de rituais adaptados ao espaço das organizações públicas durante o período de internação, devendo restringir-se aos espaços dos templos religiosos.

26 O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 define como direitos sociais:

- (A) A saúde, a educação, o trabalho, a previdência social, a assistência religiosa, a caridade privada, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- (B) A educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- (C) A educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- (D) A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- (E) A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

27 Behring & Boschetti (2008) consideram que as políticas sociais gestadas, a partir de direitos legalmente reconhecidos e legitimamente assegurados, possibilitaram aos cidadãos se manter sem a dependência do mercado e, com isso, mudaram a relação entre cidadania e classe social, ainda que não tenham conseguido romper com a estrutura de classes. Segundo as autoras:

- (A) A identificação desses limites pode invalidar a luta pelo reconhecimento e afirmação dos direitos nos marcos do capitalismo. Contudo, ainda assim, esses limites sinalizam que a conquista dos direitos depende de uma agenda estratégica, visando à construção de uma sociedade socialista.
- (B) O reconhecimento desses limites invalida a luta pelo reconhecimento e afirmação dos direitos nos marcos do capitalismo, e a conquista desses direitos impede uma agenda estratégica de luta democrática e popular, visando à construção de uma sociedade justa e igualitária.

- (C) O reconhecimento desses limites não invalida a luta pelo reconhecimento e afirmação dos direitos nos marcos do capitalismo, mas sinaliza que a sua conquista integra uma agenda estratégica da luta democrática e popular, visando à construção de uma sociedade justa e igualitária.
- (D) O reconhecimento ou não desses limites não impede a construção de uma agenda estratégica, já que a participação popular não interfere na construção das políticas sociais que são de exclusiva iniciativa do Poder Legislativo.
- (E) O reconhecimento desses limites leva ao reconhecimento de que a demanda dos sujeitos é inócua na construção de uma agenda estratégica de luta democrática e popular, visando à construção de uma sociedade justa e igualitária.

28 O Conselho Federal de Serviço Social, no documento intitulado *Atribuições Privativas do(a) assistente social em questão* (2010), considera que, entre as ações para a construção de um conhecimento criterioso dos processos sociais, é necessário:

- (A) Construir rotinas e burocracias que organizem o atendimento, de acordo com o plano de trabalho já existente nas instituições que historicamente respondem às necessidades da vida dos usuários.
- (B) Romper as rotinas e a burocracia estéreis, potencializar as coletas de informações nos atendimentos, pensar a reorganização do plano de trabalho, tendo em vista as reais condições de vida dos usuários.
- (C) Compreender as potencialidades das rotinas e burocracias, ressignificando sua utilização a partir do processo de trabalho já instituído, tendo em vista a missão institucional das organizações.
- (D) Ignorar as rotinas e burocracias, uma vez que elas sempre existiram e não podem ser desconstruídas ou ressignificadas, ainda que o processo de trabalho dos profissionais esteja alinhado às reais condições de vida dos usuários.
- (E) Aceitar que as rotinas e burocracias já estão devidamente consolidadas e que as coletas de informações nos atendimentos servem apenas para deixar o registro dos usuários nos arquivos das instituições.

29 Para Miotto e Lima (2009), a dimensão política da profissão é inerente ao projeto profissional e se relaciona com os projetos societários presentes e em disputa em determinado momento histórico. Para as autoras, “O Serviço Social estaria marcado pela ‘agudização da luta ideopolítica’ entre diferentes projetos profissionais e ‘pelas demandas profissionais imediatas’ pressionadas pelas configurações e necessidades advindas do mercado de trabalho. As tendências de mudanças do espaço profissional estariam condicionadas pela redução da demanda de atividades, pelo imbricamento entre novas e tradicionais demandas dentro de um universo muito mais complexo e heterogêneo de usuários”. Nessa direção, uma das propostas para fomentar o debate latino-americano seria a

- (A) Priorização da dimensão instrumental-operativa voltada às exigências de mercado.
- (B) Perspectiva corporativa, sem ignorar as exigências de mercado.
- (C) Perspectiva neoconservadora, adequando-se totalmente às exigências de mercado.
- (D) Formação profissional estruturada a partir das exigências de mercado.
- (E) Construção de novas competências sem ignorar as exigências de mercado.

30 Ao analisar a trajetória histórica do Welfare State e da Política Social no século XX, Potyara Pereira (2011) identifica um elemento que se sobrepõe à linearidade da política social. Esse elemento é:

- (A) A caridade.
- (B) A vontade política.
- (C) A volição.
- (D) A contradição.
- (E) O conservadorismo.

31 Silva e Silva, Yazbek e Giovanni (2004) consideram que existe uma desarticulação dos programas de transferência de rendas de uma política macroeconômica de distribuição da riqueza socialmente produzida e de geração de renda e emprego. Dessa forma, tais programas, na visão dos autores, se reduzem a uma função meramente:

- (A) Vexatória.
- (B) Discriminatória.
- (C) Compensatória.
- (D) Caritativa.
- (E) Conservadora.

32 Para Marilda Iamamoto & Raul de Carvalho (2009), os serviços socioassistenciais possuem justificativa histórica

- (A) Na caridade religiosa que atenua a sociedade de classes.
- (B) Na desigualdade estrutural que permeia a sociedade de classes.
- (C) Na organização política que confronta a sociedade de classes.
- (D) Nas estratégias de superação da sociedade de classes.
- (E) Na postura que critica a sociedade de classes.

33 No livro *Serviço Social: temas, textos e contextos* (2010), Marilene Coelho considera que a perspectiva que se apropria dos fundamentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo é a

- (A) Histórico-crítica
- (B) Materialista-dialética
- (C) Modernização conservadora
- (D) Neoliberal
- (E) Libertária

34 Ao analisar a crítica sobre a técnica instrumental, Sierra e Reis (2018) sinalizam que

- (A) As instituições demandam neutralidade técnica.
- (B) A neutralidade técnica é fundamental para a boa prática profissional.
- (C) Reconhecem a importância da neutralidade técnica.
- (D) Algumas vezes é preciso esforço para manter a neutralidade técnica.
- (E) Não há como falar em neutralidade técnica.

35 Para Marilda Iamamoto (1998), “O assistente social é tido como profissional da participação, entendida como partilhamento de decisões, de poder. Pode impulsionar formas democráticas na gestão de políticas e programas, socializar informações, alargar os canais que dão voz e poder decisório à sociedade civil, permitindo ampliar sua possibilidade de ingerência na *coisa pública*”. Assim, segundo a autora, o profissional exerce a função de:

- (A) Assistente social comprometido.
- (B) Educador político.
- (C) Bom profissional.
- (D) Agente do conservadorismo.
- (E) Militante político.

36 De acordo com a classificação dos instrumentos de trabalho usados pelo Serviço Social realizada por Charles Toniolo Sousa (2008), são instrumentos de trabalho direto ou “face a face”:

- (A) A dinâmica de grupo e o relatório social.
- (B) A visita domiciliar e o parecer social.
- (C) O diário de campo e a mobilização de comunidades.
- (D) A observação participante e a entrevista individual.
- (E) As atas de reuniões e os livros de registro.

37 A respeito do debate sobre a instrumentalidade do Serviço Social, é correto afirmar, com base no texto de Charles Toniolo Sousa (2008), que

- (A) Pensar a instrumentalidade do Serviço Social implica considerar as especificidades da profissão, no que tange prioritariamente a suas habilidades técnicas no manuseio dos diferentes instrumentos.
- (B) A dimensão técnica-instrumental da profissão só passou a ter um lugar de destaque com o Movimento de Reconceituação iniciado na América Latina a partir dos anos 1960.
- (C) A preocupação com a instrumentalidade do Serviço Social está associada a seu caráter fundamentalmente interventivo, decorrente da profissionalização das práticas de caridade e filantropia.
- (D) A ruptura com a herança conservadora da profissão colocou a necessidade de produção de um conhecimento crítico da realidade social, restringindo o debate sobre a dimensão técnica-operacional.
- (E) São os objetivos profissionais planejados e construídos no plano político e intelectual que definem os instrumentos e as técnicas a serem utilizados pelo assistente social em seu trabalho profissional.

38 De acordo com Rosa Lúcia Predes Trindade (2001), a compreensão do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, em suas articulações com as configurações do espaço sócio-ocupacional e com os projetos profissionais construídos ao longo da história, remete a duas dimensões centrais para a análise do Serviço Social. São elas:

- (A) As demandas sociais e a elaboração de respostas profissionais.
- (B) As concepções teórico-políticas e as habilidades técnico-instrumentais.
- (C) As orientações técnicas e a existência de contradições e conflitos.
- (D) A dialética e a historicidade.
- (E) A investigação sobre as condições de vida e a intervenção sobre a realidade social.

39 Nos últimos anos, tem ocorrido uma crescente diferenciação dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. Como uma das repercussões desse processo, Rosa Lúcia Predes Trindade (2001) identifica que

- (A) A prestação direta de serviços sociais nas instituições públicas tem sido substituída por atribuições privativas de caráter gerencial e ou burocráticas.
- (B) O surgimento de uma nova questão social implica a necessidade de maior estreitamento entre teoria e prática no trabalho profissional.
- (C) As demandas e requisições colocadas para o Serviço Social sofrem significativas mudanças, com a redução e/ou reconfiguração de demandas tradicionais.
- (D) A permanência de procedimentos de caráter individual e coletivo expressa a continuidade de um padrão constante do trabalho profissional.
- (E) Alguns instrumentos e técnicas constituem o acervo interventivo dos assistentes sociais desde os primórdios, sendo inerentes à profissão.

40 Na perspectiva de análise adotada por Ney Almeida e Mônica Alencar (2015), para examinar o trabalho profissional do assistente social no âmbito das instituições estatais, as atividades profissionais são entendidas como:

- (A) Mecanismo de garantia da reprodução da força de trabalho e de legitimação da ordem vigente, na medida em que as respostas construídas às diferentes expressões da questão social se submetem à lógica fragmentada, hierárquica e mecânica que prevalece na esfera pública estatal brasileira.
- (B) Instrumental técnico-operativo dotado de capacidade teleológica amparada por embasamento teórico-metodológico e pelo compromisso ético-político na defesa intransigente dos direitos humanos, de forma a enfrentar as diversas sequelas da questão social e contribuir para a garantia da cidadania ao conjunto da classe trabalhadora.
- (C) Um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao assistente social desenvolver o projeto ético-político profissional junto à população usuária e às instituições contratantes, atuando como mediador entre as classes sociais, em meio às contradições postas pela sociedade capitalista em diferentes momentos históricos.
- (D) Resultantes da especialização do trabalho coletivo na esfera da reprodução social que, sob a égide do capitalismo maduro, demanda profissionais altamente qualificados para enfrentar a questão social em suas múltiplas manifestações, tendo em vista a incapacidade de respostas das antigas práticas de caridade e filantropia.
- (E) Respostas construídas historicamente, a partir da combinação de determinações externas associadas à dinâmica capitalista, com o acúmulo teórico e metodológico da profissão, mediada pela maior ou menor autonomia técnica do assistente social e pela capacidade de forjar respostas coletivas de suas entidades profissionais.

41 Segundo Ney Almeida e Mônica Alencar (2015), entre as repercussões produzidas pelas recentes mudanças da dinâmica capitalista no

trabalho profissional do assistente social encontra-se:

- (A) A tendência à flexibilização e à desregulamentação dos vínculos trabalhistas como forma de garantir a expansão de postos de trabalho e a fixação de profissionais.
- (B) A perspectiva de inscrição do trabalho do assistente social na esfera pública estatal, mediante a realização de concursos públicos, sobretudo em âmbito local/municipal.
- (C) O reforço da composição de equipes multiprofissionais que disponham de maior autonomia na condução dos diferentes momentos do trabalho profissional.
- (D) A incorporação de padrões de gestão do trabalho típicos do setor privado empresarial para a esfera estatal, expressando a expansão da mercantilização da vida social.
- (E) O fortalecimento do processo de elaboração de planos de cargos e carreiras, de modo a compensar o risco de precarização do trabalho do próprio assistente social.

42 Com base no artigo de Ney Almeida e Mônica Alencar (2015), e considerando o trabalho profissional do assistente social na esfera pública estatal no Brasil, analise as afirmações abaixo:

- I Como trabalhador assalariado, o assistente social sofre os mesmos constrangimentos do conjunto da classe trabalhadora, inclusive aqueles que são trabalhadores do setor estatal.
- II Nas últimas décadas, o setor estatal vem sendo atravessado por uma nova racionalidade administrativa, pautada nos princípios fundamentais de impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- III Historicamente, o setor privado constituiu-se como o principal empregador dos assistentes sociais, absorvendo profissionais nas áreas de saúde, assistência e previdência social, entre outros setores.
- IV A lógica da produtividade e da diminuição de custos tem impacto direto no aparato organizacional estatal responsável pelos serviços sociais, incidindo tanto na forma de gerir as políticas quanto nas condições e relações de trabalho dos profissionais.

Em relação a essas afirmações, estão corretas:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

43 No texto *Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional*, as autoras Regina Miotto e Vera Nogueira (2013) identificam a ocorrência de uma ruptura da relação virtuosa entre os dispositivos legais criados no bojo da Constituição Federal de 1988 e o movimento da categoria profissional dos assistentes sociais em torno de seu projeto ético-político. Uma das situações que provocou essa ruptura foi:

- (A) O excesso de demandas posto pelo processo de descentralização das políticas sociais a partir do texto constitucional.
- (B) A reversão das proposições fundamentais da Seguridade Social brasileira ainda nos anos 1990.
- (C) A precarização das relações e vínculos de trabalho decorrente das mudanças no mundo do trabalho.
- (D) A desmistificação do significado sócio-histórico dos direitos sociais, em termos de sua funcionalidade ao capital.
- (E) O afastamento das entidades profissionais do Serviço Social da condução do processo de reformas.

44 Ainda com base no texto de Regina Miotto e Vera Nogueira (2013), pode-se afirmar que constituem limites para a relativa autonomia profissional do assistente social:

- (A) A utilização massiva da tecnologia e a padronização de procedimentos e controle da produtividade nos serviços.
- (B) A precarização dos vínculos de trabalho e a descentralização das políticas sociais de saúde e assistência social.
- (C) A superação do pragmatismo e a forte tendência ao produtivismo quantitativo no cumprimento de metas.
- (D) O forte apego a documentos e legislações oficiais e o rompimento da relação mimética entre profissão e política social.
- (E) O aumento significativo de entidades privadas na prestação de serviços sociais e a capacitação continuada.

45 De acordo com o texto *Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate*, de Maria Inês Bravo e Maurílio Matos (2006), a ampliação da atuação profissional do Serviço Social na área da saúde, a partir de 1945, está associada, em grande medida, à

- (A) Mobilização da categoria profissional por meio de suas principais entidades representativas.
- (B) Introdução de propostas racionalizadoras, tais como a “medicina comunitária” e a medicina preventiva.
- (C) Expansão do chamado complexo médico industrial farmacêutico impulsionado pelos interesses capitalistas.
- (D) Adoção, por organismos internacionais, de um conceito de saúde embasado nos aspectos biopsicossociais.
- (E) Necessidade de novos profissionais requisitados para atuar no processo de industrialização do país.

46 Em sua obra *A Prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*, Ana Maria de Vasconcelos (2013) identificou

- (A) A existência de uma fratura entre a defesa de uma prática profissional pautada no projeto ético-político da profissão e as possibilidades de prática contidas na realidade.
- (B) O predomínio de estratégias coletivas voltadas à mobilização dos usuários dos serviços de saúde, de forma a fomentar sua participação nos conselhos de saúde.
- (C) A tendência de realização de estudos socioeconômicos capazes de identificar e priorizar as necessidades e demandas em saúde, sem negar as requisições institucionais.
- (D) O avanço do neoconservadorismo expresso na adoção de referenciais teórico-metodológicos, como o Serviço Social Clínico, o pragmatismo e a fenomenologia.
- (E) A necessidade de fóruns de debates dedicados à importância da produção do conhecimento sobre o Serviço Social nas diferentes especializações da prática médica.

47 Ainda com base na pesquisa realizada por Ana Maria de Vasconcelos apresentada no livro *A Prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde* (2013), a autora identificou que o plantão do Serviço Social

- (A) Conta com profissionais qualificados para reconhecer o perfil da população que procura o serviço, bem como para conhecer o perfil da demanda reprimida.
- (B) Constitui um serviço ou uma atividade pensada, planejada e organizada, voltados para o enfrentamento das diferentes demandas apresentadas pelos usuários.
- (C) É composto por ações a serem continuadas interna ou externamente na unidade de saúde, tais como orientações, encaminhamentos e aconselhamento.
- (D) É uma atividade receptora das demandas dos usuários dos serviços exclusivamente por meio de procura espontânea ao assistente social.
- (E) É a única atividade comum à maioria dos assistentes sociais, ainda que, em algumas unidades de saúde, essa atividade não seja reconhecida por esse nome.

48 No artigo *Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas*, Sueli Nascimento (2010) afirma que, embora a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) não empregue o termo “intersectorialidade”, é possível identificar algumas expressões que apontam para determinados sentidos da atuação intersectorial. Duas dessas expressões são:

- (A) Universalidade e integralidade.
- (B) Integração e equidade.
- (C) Articulação e participação.
- (D) Totalidade e rede.
- (E) Colaboração e pacto federativo.

49 O destaque dado ao tema da intersectorialidade, no debate acadêmico dos últimos anos, está associado a um conjunto de fatores apontados por Mônica Senna e Danielle do Valle Garcia, no artigo *Políticas sociais e intersectorialidade: elementos para debate* (2012). Entre esses fatores está

- (A) O avanço do ideário neoliberal a partir dos anos 1990 em defesa do estado mínimo e da racionalização dos gastos públicos, principalmente na área social.
- (B) O processo de reestruturação das políticas públicas brasileiras no pós-1988, pautado na crítica ao padrão fragmentado da ação estatal historicamente construído no país.
- (C) A necessidade de superar o caráter disciplinar que organizou a ciência moderna e conformou determinados setores, a partir da hegemonia de certas especialidades.
- (D) O empenho governamental em responder às reais demandas da classe trabalhadora, tendo em vista a crescente complexidade da questão social na realidade brasileira.
- (E) A reestruturação produtiva que marca a atual fase da acumulação capitalista, gerando a necessidade de promover uma reforma de caráter gerencialista no aparelho estatal.

50 Ao refletirem sobre a intersectorialidade, enquanto estratégia frequentemente utilizada na atividade profissional dos assistentes sociais na saúde, Patrícia Cavalcanti e Cols (2013), no artigo intitulado *A intersectorialidade enquanto estratégia profissional do Serviço Social na saúde*, reconhecem que

- (A) A incipiente produção científica do Serviço Social sobre o tema da intersectorialidade é reflexo das dificuldades que a categoria profissional tem em lidar com a intensa fragmentação institucional imposta pela lógica de organização do trabalho no âmbito do capitalismo monopolista.
- (B) A construção de ações intersectoriais esbarra nas distintas lógicas que regem cada setor e nas resistências das instituições e dos profissionais em partilhar recursos materiais e financeiros, sobretudo em contextos de forte restrição fiscal, como o experimentado a partir dos anos 1990.

- (C) Os assistentes sociais são convocados a desenvolver ações intersetoriais, na medida em que desempenham o papel de mediador entre as demandas institucionais e as necessidades dos usuários, de modo a contribuir para o enfrentamento mais articulado dos problemas sociais.
- (D) Os assistentes sociais, embora possam contribuir significativamente para a construção de arranjos intersetoriais, ainda precisam se reconhecer nesse processo e assumir o papel de provocador na articulação entre a atenção básica em saúde e as demais políticas sociais.
- (E) Os assistentes sociais assumem o papel de protagonista na construção de arranjos intersetoriais, na medida em que sua formação especializada os habilita a lidar com a determinação social do processo saúde-doença e a promover o diálogo entre os diversos setores que lidam com a questão social.

Espaço reservado para rascunho

